

CLIPPING

01 de Fevereiro de 2019
O Liberal

Ação prossegue na Justiça Federal

A sequência na Justiça Federal em Belém da ação que questiona o fracionamento de vagas por semestre, para 16 cursos, elimina a certeza de que o resultado do processo seletivo divulgado no último dia 30 pela Universidade Federal do Pará esteja de fato valendo. O entendimento é do advogado Victor Russo, que classifica de instável o presente momento. Segundo ele, a divulgação do listão do vestibular, apesar de autorizada por decisão temporária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, tem efeito suspensivo mas não resolve o mérito do processo judicial, em que o Ministério Público Federal questiona o critério adotado.

Russo é o representante do grupo de estudantes que solicitou a interveniência do MPF e conseguiu suspender liminarmente a divulgação, derrubada pelo TRF1 na segunda-feira. Ele cita a nota divulgada nesta quarta (31), pelo MPF, reiterando que a ação judicial terá prosseguimento. No momento, o órgão aguarda a contestação da UFPA, que, no entanto, tem até 60 dias de prazo para se pronunciar. Só então, a Justiça poderá sentenciar o processo.

"Após a divulgação do listão, pode-se verificar os danos sofridos por estu-

dantes que obtiveram notas maiores do que os aprovados em semestres menos concorridos, no mesmo turno", avaliou ontem o advogado. "Em alguns casos, a discrepância foi muito grande e a questão irá afetar também aqueles que serão chamados para eventuais repescagens". Para Russo, isso era o que se tentava prevenir desde a publicação do edital, em outubro, e depois com o acionamento do MPF.

A pendência traz apreensão para vários candidatos. Mesmo tendo sido aprovado em 3º lugar geral e no curso de Medicina, Fábio Leite diz que a situação prejudica os alunos. "Eu espero que seja resolvido da melhor forma, tanto para quem se sente injustiçado pelo fracionamento, como para quem já foi aprovado", comentou. Primeiro lugar geral na Universidade do Estado do Pará (Uepa), ele pretende optar pela UFPA.

Ana Beatriz Marques, pretendente ao curso de Direito que ficou em 17º lugar entre os não-aprovados, também está aflita. "Por mais que a gente não concordasse com esse sistema, já tínhamos entendido o edital, a questão do fracionamento, e isso agora gera mais confusão, porque a gente não sabe mais o que vai acontecer", desabafou.



Querela

judicial

Ministério Público Federal já avisou que a divulgação do resultado pela UFPA não deteve a ação que questiona a distribuição das vagas por semestre, questionada pelos alunos